

BANCO DIGIMAI S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições Financeiras

31 de dezembro de 2022

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DECLARAÇÕES DA DIRETORIA	7
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	8
BALANÇOS PATRIMONIAIS	12
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	13
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	14
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	15
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	16
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	17
1. Contexto operacional	17
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	17
3. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis.....	19
4. Resumo das principais práticas contábeis.....	20
5. Caixa e equivalentes de caixa	23
6. Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	23
7. Títulos e valores mobiliários	24
8. Pagamentos e recebimentos a liquidar	25
9. Carteira de crédito.....	25
10. Provisão para perdas associadas a carteira de crédito por níveis de riscos	27
11. Ativos fiscais	28
12. Outros ativos	29
13. Outros valores e bens.....	30
14. Investimentos	30
15. Imobilizado em uso.....	31
16. Intangível	31
17. Depósitos e captações no mercado aberto.....	32
18. Outros passivos.....	33
19. Passivos fiscais.....	34
20. Transações com partes relacionadas	35
21. Patrimônio líquido	36
22. Imposto de renda e contribuição social	37
23. Provisões para contingências.....	38
24. Receitas de tarifas bancárias.....	39
25. Outras despesas administrativas	39
26. Despesas tributárias	40
27. Responsabilidades e compromisso.....	40
28. Resultado de participação em controladas.....	40
29. Outras receitas e despesas operacionais	40
30. Instrumentos financeiros	41
31. Gestão de riscos.....	41
32. Eventos subsequentes	44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco Digimais S.A. (“Banco” ou “Digimais”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), acompanhada do Relatório do Auditor Independente.

FOCO DE ATUAÇÃO

O Banco Digimais é uma sociedade por ações de capital fechado com sede em São Paulo/SP e, está autorizado pelo BACEN a atuar sob a forma de banco múltiplo operando as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento.

A Instituição é controlada pela Digimais Participações S.A., uma empresa de participações e que é controlada pela B.A. Empreendimentos e Participações S.A., uma empresa de participações controlada pelo Grupo RECORD.

O foco de atuação do Banco é o financiamento de veículos usados, atuando nos seguintes estados: RS, SC, PR, SP, MG, BA, PE e CE, os quais representam atualmente cerca de 95,19% das operações, atuando em parceria com lojistas/revendedores de veículos na origem das operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

A Instituição também atua em operações de crédito de capital de giro, desconto de títulos, crédito consignado privado, entre outros, frutos da sociedade com o Grupo RECORD.

O Banco Digimais mantém a política de utilizar como principal fonte de captação de recursos, os depósitos a prazo com emissão de Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Recibo de Depósito Bancário (RDB). Também é utilizado eventualmente, a título de solução reguladora do limite de liquidez, o mecanismo de cessão de créditos que compõem a sua carteira para outras instituições financeiras, com as quais mantém parceria para a disponibilização de linhas específicas a esta finalidade.

PRINCIPAIS INFORMAÇÕES:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receitas da intermediação financeira	873.196	549.802	59%
Despesas de captação no mercado	(574.032)	(236.403)	143%
Resultado bruto da intermediação financeira	299.164	313.399	(5%)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(902.544)	(153.210)	489%
Margem financeira bruta	(603.380)	160.189	(477%)
Receitas de tarifas bancárias	114.187	127.460	(10%)
Despesas de pessoal e administrativas	(245.36)	(202.714)	(21%)
Outras despesas/receitas – líquidas	(13.560)	(12.607)	(8%)
Resultado antes da tributação e das participações	(748.113)	72.328	(1.134%)
Imposto de renda e contribuição social	426.943	(17.380)	(2.557%)
Participações no lucro	(1.500)	(5.889)	(75%)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(322.670)	49.059	(758%)
CARTEIRA DE CRÉDITO E DEPÓSITOS A PRAZO			
Veículos	3.055.289	2.492.685	23%
Capital de giro	106.942	57.934	85%
Consignado privado	19.603	23.255	(12%)
Consignado público	394	-	100%
Crédito pessoal	13	973	(99%)
Títulos descontados	2.147	1.449	48%
Cartão de crédito e cheque especial	17.260	42.162	(59%)
Outros créditos com características de concessão de crédito	8.042	25.514	(68%)
Recebíveis de arranjo de pagamentos	297.275	-	-
Total da carteira de crédito	3.506.965	2.643.972	21%
CDB Pré-Fixado	2.110.631	1.569.701	34%
CDB Pós-Fixado	3.452.274	2.445.658	41%
DPGE Pré-Fixado	-	71.709	100%
DPGE Pós-Fixado	-	53.470	100%
RDB Pré-Fixado	1.961	1.811	8%
LFT	277.881	-	-
Total da carteira de depósitos	5.842.747	4.142.349	116%
INDICADORES			
Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROE)	(138,52%)	16,77%	(926%)
Retorno sobre o ativo total médio (ROA)	(5,88%)	1,22%	(582%)
Índice de Basileia (IB)	12,97%	11,70%	11%
Inadimplência	41,75%	11,13%	275%
PCLD/Carteira de crédito	25,98%	4,62%	462%
Índice de liquidez (gerencial)	95,61%	69,50%	37,57%

GESTÃO DE RISCOS

O modelo de gerenciamento de riscos adotado pelo Banco envolve uma estrutura de Comitê, com a participação de Diretores e da Gestão de Riscos, além de outras áreas. Todas as decisões são tomadas de forma colegiada em conformidade com as políticas estabelecidas pelo Banco. Adicionalmente, em conformidade com a Circular 3.930/2019 estão divulgados no site da Instituição, www.bancodigimais.com.br, as informações relativas às estruturas de gerenciamento de riscos, as exposições aos riscos, o patrimônio de referência (PR), e as parcelas de requerimento de capital.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, estabelecemos a estrutura de gestão de capital e de gerenciamento dos riscos integrados, que possibilita que os riscos sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados.

Formalizamos em políticas e normativas internas as diretrizes da gestão de risco para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis.

O modelo adotado é das três linhas de defesa, com o objetivo de estabelecer a cultura de gerenciamento de riscos integrados, na qual o Departamento de Riscos é participante da segunda linha de defesa.

O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer os limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pelo apetite da Instituição.

RISCO OPERACIONAL

O Banco detém de uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, na qual o Departamento de Riscos é responsável pelo gerenciamento dos riscos operacionais, com o propósito de identificar, registrar, controlar, monitorar e reportar os limites de risco, bem como avaliar a efetividade dos controles, atuando em parceria com a área de Controles Internos.

A metodologia utilizada para a condução da gestão de risco operacional e controles internos está baseada no COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e no acordo de Basileia - BIS (*Bank for International Settlements*), que contempla avaliações nos processos, identificação dos riscos, efetividade dos controles e planos de ação na mitigação dos riscos identificados.

Para apuração do capital requerido para o risco operacional é utilizada a abordagem padronizada básica.

RISCO DE MERCADO

A estrutura de gestão do risco de mercado do Banco concentra-se na medição, monitoramento e no controle da exposição do risco das operações incluídas na carteira de não negociação – *banking book* (atualmente o Banco não possui operações na carteira de negociação). O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer e monitorar os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis.

RISCO DE LIQUIDEZ

Concentra-se no controle, monitoramento e reporte das situações que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro do Banco. São realizados testes de aderência para acompanhamento e confronto diário entre os valores programados que constam no fluxo de caixa e aqueles que efetivamente foram realizados, assim como testes de estresse, envolvendo situações como o aumento da inadimplência, resgates antecipados e não renovação das captações.

RISCO DE CRÉDITO

Ocorre por meio do monitoramento da qualidade da carteira de crédito, de políticas, normas, testes de estresse e análise dos níveis de concentração e inadimplência para adequada apropriação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Conforme previsto nas Resoluções nº 4.557/17, 4955/21 e 4.958/21, a apuração do capital regulamentar e dos ativos ponderados pelo risco tem como base o Conglomerado Prudencial, no qual são executados procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência (PR), Índice de Basileia, limites mínimos de capital, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos referentes à adequação de capital.

DECLARAÇÕES DA DIRETORIA

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em atendimento à Circular nº 3.068/01 do BACEN, os Diretores declaram terem a intenção de que o Banco Digimais mantenha até o vencimento os títulos e valores mobiliários, se referem a títulos mantidos até o vencimento, no montante de R\$ 429 mil (R\$ 381 mil no exercício anterior), apresentados na nota explicativa nº 7. Declaram, também, que a Instituição possui capacidade financeira de manter tais títulos até seus respectivos vencimentos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, autorizando sua emissão em 14 de março de 2023.

OUIDORIA INSTITUCIONAL

A estrutura de Ouvidoria do Banco Digimais está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.860/2020.

Onde disponibiliza aos seus clientes os canais de acesso à Ouvidoria e os divulga por meio de seus correspondentes bancários, internet e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e, em estrita observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco Digimais não contratou nem teve serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes que afetem ou possam afetar a independência necessária à execução do trabalho de auditoria externa das demonstrações financeiras. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Para finalizar, agradecemos aos clientes e acionistas pela confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação e, reiteramos o nosso compromisso permanente de promover uma administração focada em resultados, sem renunciar ao tripé: segurança, liquidez e rentabilidade, que caracterizou nossa trajetória ao longo desses mais de 36 anos.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores do Banco Digimais S.A.

São Paulo – SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Digimais S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Digimais S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho, suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião com ressalvas

Contrato de licenciamento de Uso de Marca

Conforme nota explicativa nº 13 – Outros Valores e Bens, em 01 de novembro de 2022, o Banco Digimais S.A. (“Banco”) celebrou junto à BA Empreendimentos e Participações S.A., seu controlador indireto, contrato de licenciamento de uso da marca “Digimais”, pelo prazo de 5 anos no montante de R\$ 93.042 mil, baseado em laudo de avaliação econômico-financeiro elaborado por empresa terceira especializada. Cabe ressaltar que o direito da marca foi devidamente adquirido e registrado pela BA Empreendimentos e Participações S.A. quando da combinação de negócios que formalizou a aquisição do controle indireto do Banco Digimais S.A. Considerando que a transação foi liquidada à vista, em 31 de dezembro de 2022 o

Banco possuía registrado na rubrica de despesas antecipadas, COSIF 1.9.9.10.01.03000, pertencente ao grupo contábil de outros valores e bens o montante de R\$ 89.940 mil, referente ao saldo a amortizar ao longo da vigência do contrato de licenciamento de uso de marca.

Até a data de emissão do relatório de auditoria, não nos foi possível obter evidências suficientes e apropriadas para avaliar por meio de procedimentos de auditoria que incluem o envolvimento de nossos especialistas em *valuation*, a razoabilidade das premissas e dos critérios utilizados para a determinação do referido valor justo atribuído ao contrato e, portanto, determinar os eventuais ajustes, se houver, nas demonstrações financeiras do Banco Digimais S.A..

Eventos Subsequentes

Conforme nota explicativa nº 32 – Eventos Subsequentes, em 16 de janeiro de 2023, o Banco Digimais S.A. (“Banco”), celebrou junto à Reserva Mercantil Financeira Ltda. (“Cedente”), Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, objetivando a aquisição de direitos creditórios, decorrentes de ações judiciais pertencentes à cedente, pelo montante de R\$ 58.000 mil, cuja liquidação ocorreu em parcelas pagas até 01 de março de 2023. Posteriormente à aquisição, o Banco elaborou estudo para mensuração do valor justo desses direitos creditórios, gerando um incremento patrimonial em contrapartida de resultado, no montante de R\$ 210.267 mil. O Conselho Monetário Nacional (CMN) delibera sobre este tema por meio de sua Resolução nº 4.924/21, que dispõe sobre os critérios para a mensuração do valor justo de elementos patrimoniais e de resultado por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), reiterando os critérios contábeis estabelecidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da NBC TG 46 (R2), que definem “valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração”. Desta forma, até a data de emissão deste relatório, não obtivemos evidências de auditoria suficientes e apropriadas, bem como não nos foi possível realizar outros procedimentos persuasivos para corroborar que o valor de custo da transação em tela não reflete o melhor valor justo a ser atribuído à referida transação, bem como garantir que os valores atribuídos por meio de avaliação econômico-financeira realizada, possuem embasamento técnico adequado e atendem em todos os aspectos relevantes aos critérios estabelecidos nas regulamentações supracitadas, e portanto, não geram distorções materiais nos livros contábeis do Banco.

Ênfase

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 32, - Eventos Subsequentes, ao fato de que no dia 01 de março de 2023, a Administração do Banco Digimais deliberou pela desistência do aumento de capital, cuja solicitação ocorreu no dia 16 de novembro de 2022 no montante de R\$ 100.000 mil. Tal deliberação decorre da não homologação no prazo regulamentar previsto e não impacta nos limites de capital regulatório do Banco. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração. Não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 14 de março de 2023



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer

Contador CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda

CRC 2SP-025.583/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022
e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	5	8.599	8.124
Instrumentos financeiros		2.776.355	1.872.400
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	2.415.056	1.204.775
Títulos e valores mobiliários	7	360.309	665.055
Pagamentos e recebimentos a liquidar	8	990	2.570
Carteira de crédito		2.673.039	2.497.402
Operações de crédito	9	3.498.923	2.618.458
Outros créditos com características de concessão de crédito	9	8.042	25.514
Provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(833.926)	(146.570)
Ativos fiscais	11	562.064	103.346
Ativos Fiscais Correntes	11a	96.513	3.296
Ativos Fiscais Diferidos	11b	465.551	100.050
Investimentos	14	13.307	7.329
Participações em controladas		13.307	7.329
Imobilizado de uso	15	15.708	20.028
Imobilizado de uso		32.493	32.643
(Depreciação acumulada)		(16.785)	(12.615)
Intangível	16	27.304	27.068
Ativos intangíveis		41.033	34.912
(Amortização acumulada)		(13.729)	(7.844)
Outros ativos	12	232.895	113.836
Total do Ativo		6.309.271	4.649.533

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos e demais instrumentos financeiros	17	5.871.966	4.169.356
Depósitos à vista		29.219	27.007
Depósitos a prazo		5.842.747	4.142.349
Passivos fiscais		5.220	20.917
Passivos fiscais correntes	19a	3.997	20.271
Passivos fiscais diferidos	19b	1.223	646
Outros passivos	18	91.563	85.460
Provisões para contingências	23	34.311	28.400
Total do Passivo		6.003.060	4.304.132
Patrimônio Líquido	21	306.211	345.401
Capital social		440.000	240.000
Aumento de Capital		100.000	-
Reservas de legal		14.258	13.672
Reserva de Capital de giro		-	91.729
Prejuízos acumulados		(248.047)	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		6.309.271	4.649.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022
e exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

Descrição	Nota	2º Sem./2022	31/12/2022	31/12/2021
Receitas da Intermediação Financeira		468.753	873.196	549.802
Resultado com operações de crédito	9e	283.441	579.029	475.028
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	6b	112.989	195.632	67.333
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7c	72.323	98.535	7.441
Despesas da Intermediação Financeira		(352.015)	(574.032)	(236.403)
Operações de captação no mercado	17d	(352.015)	(569.315)	(233.674)
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros		-	(4.717)	(2.729)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		116.738	299.164	313.399
Resultado de Provisões para Perdas		(737.919)	(902.544)	(153.210)
Provisão / Reversão de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	10c	(737.919)	(902.544)	(153.210)
Receitas (Despesas) Operacionais		(86.647)	(140.176)	(87.643)
Receitas de tarifas bancárias	24	54.369	114.187	127.460
Despesas de pessoal		(23.201)	(41.467)	(33.741)
Outras despesas administrativas	25	(105.304)	(185.091)	(143.323)
Despesas tributárias	26	(9.186)	(23.779)	(24.474)
Resultado de participações em controladas	28	122	4.978	(1.175)
Outras receitas operacionais	29a	16.087	18.348	3.363
Outras despesas operacionais	29b	(19.534)	(27.352)	(15.753)
Resultado Operacional		(707.828)	(743.557)	72.546
Outras Receitas e Despesas		(4.573)	(4.556)	(218)
Outras receitas		83	100	27
Outras despesas		(4.656)	(4.656)	(245)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e das Participações		(712.401)	(748.113)	72.328
Imposto de Renda e Contribuição Social	22	378.006	426.943	(17.380)
Provisão para imposto de renda		35.599	40.778	(13.318)
Provisão para contribuição social		27.446	32.755	(13.201)
Impostos diferidos		314.961	353.410	9.139
Participações nos lucros e resultados		-	(1.500)	(5.889)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre/Exercícios		(334.395)	(322.670)	49.059
<i>Lucro líquido por ações – em R\$</i>		-	-	25,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022

e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Descrição	2º sem./2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (Prejuízo) do Semestre/Exercícios	(334.395)	(322.670)	49.059
Resultado abrangente do semestre/Exercícios	(334.395)	(322.670)	49.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022

e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Descrição	Capital Social	Aument o de Capital	Reserva de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de Capital de Giro		
Saldos em 30 de junho de 2022	240.000	-	14.258	89.398	11.146	354.802
Aumento do capital social	200.000	100.000	-	-	-	300.000
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(14.196)	-	(14.196)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	(334.395)	(334.395)
Reversão:						
Reversão de Reserva de Capital	-	-	-	(75.202)	75.202	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	440.000	100.000	14.258	-	(248.047)	306.211
Saldos em 31 de dezembro de 2021	240.000	-	13.672	91.729	-	345.401
Aumento do capital social	200.000	100.000	-	-	-	300.000
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	7	7
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(322.670)	(322.670)
Destinação:						
Reserva Legal (Res. 1º Sem.)	-	-	586	-	(586)	-
Reversão de Reserva de Capital	-	-	-	(75.202)	75.202	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(14.196)	-	(14.196)
Dividendos	-	-	-	(2.331)	-	(2.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	440.000	100.000	14.258	-	(248.047)	306.211
Saldos em 31 de dezembro de 2020	169.780	-	11.218	58.636	-	239.634
Aumento do capital social	70.220	-	-	(134)	-	70.086
Resultado líquido do período	-	-	-	-	49.066	49.066
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(7)	(7)
Destinação:						
Constituição de Reserva legal	-	-	2.454	-	(2.454)	-
Dividendos	-	-	-	-	(4.207)	(4.207)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	2.331	-	2.331
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(11.502)	(11.502)
Outras Reservas	-	-	-	30.896	(30.896)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	240.000	-	13.672	91.729	-	345.401

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022

e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Descrição	2º Sem./2022	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	39.277	166.850	246.569
Lucro (Prejuízo) líquido	(334.395)	(322.670)	49.059
Ajustes ao lucro líquido do exercício	373.672	489.520	197.510
Imposto de renda e contribuição social	(378.007)	(426.943)	17.242
Depreciação e amortização	5.503	10.688	20.459
Resultado de participações em controladas	(122)	(4.978)	1.168
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	741.345	902.544	153.210
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.953	8.209	5.431
Varição de ativos e passivos	357.786	768.489	(640.768)
Títulos e valores mobiliários	(59.004)	304.746	(664.690)
Relações interfinanceiras	25.929	1.580	(382)
Operações de crédito	(616.116)	(1.078.181)	(1.038.121)
Ativos fiscais correntes e diferidos	(86.781)	(16.078)	-
Outros ativos	117.748	(119.059)	(81.340)
Depósitos e demais instrumentos financeiros	1.063.311	1.702.610	1.176.476
Outros passivos	(87.301)	(3.805)	(45.023)
Impostos correntes	(15.152)	(23.324)	12.312
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	381.911	935.339	(394.199)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Participações e controladas (Constituição da Digimais Securitizadora)	-	(1.000)	-
Aumento de capital Digimais Cartões	-	-	(3.500)
(Aquisição) Baixa de imobilizado de uso e intangível	(6.604)	(6.604)	(30.912)
Alienação do imobilizado	(3.612)	(452)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(10.216)	(8.056)	(34.412)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(16.527)	(16.527)	(11.503)
Aporte de capital	300.000	300.000	70.220
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	283.473	283.473	58.717
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	655.168	1.210.756	(369.894)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.768.486	1.212.899	1.582.793
Disponibilidades	8.599	8.599	8.124
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.415.056	2.415.056	1.204.775
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	2.423.655	2.423.655	1.212.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Digimais S.A. (“Banco” ou “Digimais”) é uma sociedade por ações de capital fechado cujo controle é exercido pela Digimais Participações S.A. e sua sede social está localizada na Rua Elvira Ferraz, nº 250 - Vila Olímpia - São Paulo - SP.

O Banco está autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a atuar sob a forma de banco múltiplo operando as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimentos e é controlado pela Digimais Participações S.A. que é uma holding de capital fechado, cujo controle acionário pertence a B.A. Empreendimentos e Participações Ltda., holding de participação do grupo RECORD.

O foco de atuação do Banco é o financiamento de veículos usados, atuando nos seguintes estados: RS, SC, PR, SP, MG, BA, PE e CE, os quais representam atualmente cerca de 94,09% das operações, atuando em parceria com lojistas/revendedores de veículos na origem das operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

A Instituição também atua em operações de crédito de capital de giro, desconto de títulos, crédito consignado privado, entre outros, frutos da sociedade com o grupo RECORD.

A principal fonte de recursos são os depósitos a prazo captados via emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Recibos de Depósitos Bancários (RDB). Também são utilizados eventualmente, a título de solução reguladora do limite de liquidez, as operações de cessão de recebíveis que compõem a carteira de crédito para outras instituições financeiras com as quais o Banco mantém parceria para a disponibilização de linhas específicas a esta finalidade.

O Banco é controlador das subsidiárias Digimais Cartões e Digimais Securitizadora tendo 100% dos capitais sociais.

A Digimais Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (“Digimais Cartões”), sociedade limitada, conforme a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) foi constituída em 31 de julho de 2013 e tem como principal atividade operacional gestão e administração de cartões de crédito, débito e pré-pago e, a gestão e administração de meios de pagamento. A sua sede social está localizada na Rua Elvira Ferraz, nº 250 - Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A Digimais Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Digimais Securitizadora”), Sociedade por Ações, conforme a Lei nº 6.404/1976 e Resolução nº 2.686 do Conselho Monetário Nacional de 26/01/2.000, foi constituída em 05 de janeiro de 2022 e tem como principal atividade operacional a aquisição, a securitização e a gestão de créditos financeiros oriundos de operações ativas praticadas por instituições financeiras e demais entidades, a realização de operações nos mercados de derivativos. A sua sede social está localizada na Rua Cubatão, nº 320, 6º andar – Bairro Paraíso – São Paulo – SP.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observâncias as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu algumas normas e suas respectivas interpretações, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras apenas quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- Resolução CMN nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução CMN nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 (R1));
- Resolução CMN nº 4.877/20 – Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1));
- Resolução CMN nº 4.524/16 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (CPC 02 (R2));
- Resolução CMN nº 4.534/16 – Ativo Intangível (CPC 04 (R1));
- Resolução CMN nº 4.535/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27);
- Resolução CMN nº 4.818/20 – Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, Demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03 (R2)), Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 (R1)), Eventos subsequentes (CPC 24), Resultado por ação (CPC 41);
- Resolução CMN nº 4.924/21 – Reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis (CPC 00 (R2)), (CPC 01(R1)), (CPC 23), (CPC 46), (CPC47);
- Resolução CMN nº 4.966/21 – Instrumentos Financeiros (CPC 48);

Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC serão aprovados pelo BACEN.

A preparação de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão divulgadas na nota nº 3.

As demonstrações financeiras do Banco Digimais S.A. são apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.818/20 do CMN e da Resolução BCB nº 2/20. O principal objetivo dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras em consonância com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As principais alterações implementadas foram:

Balanco Patrimonial

- Apresentação dos Ativos e Passivos por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
- Adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros (incluindo a apresentação agrupada da carteira de crédito), passivos financeiros, ativos e passivos fiscais, provisão para contingências.

Demonstração do Resultado

- Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes apresentado na linha “Resultado de provisão para perdas”;
- Mudança da alocação do “Resultado de provisão para perdas” passando a ser apresentado logo após “Resultado bruto da intermediação financeira”;
- Eliminação da nomenclatura de “Resultado não operacional”, bem como Receitas e despesas não operacionais. Itens com essas características passaram a ser denominados “Outras receitas” ou “Outras despesas”.

Saldos Comparativos

- Para melhor apresentação e comparabilidade nestas demonstrações financeiras, os saldos comparativos refletem essas mudanças na apresentação das demonstrações financeiras.

Em 14 de março de 2023 a diretoria do Banco autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Banco faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social, estão contempladas a seguir:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao seu nível de riscos, considerando ainda a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação a operação, aos devedores e garantidores, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/99 e legislação complementar. O montante constituído é suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos julgados de difícil liquidação.

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08 e alterações posteriores, o registro contábil da baixa do ativo financeiro está relacionado à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência, de acordo com as seguintes categorias:

- i) Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios;
- ii) Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios; e
- iii) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios.

As operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial dos riscos e benefícios permanecem no balanço da entidade que transferiu seus ativos. Os valores recebidos na operação são registrados pelo Banco no ativo em contrapartida no passivo referente à obrigação assumida. As receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação.

b) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais (R\$ 120 no semestre), e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A provisão para contribuição social, até junho de 2021, foi constituída à alíquota de 20% sobre o lucro contábil ajustado, de julho a dezembro de 2021, foi majorada para 25% em razão da Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/21.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e passivos fiscais diferidos do imposto de renda e da contribuição social são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. O artigo 1º da Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/21 majorou a alíquota da CSLL de 20% para 25% de julho a dezembro 2021 e baseada na resolução CMN Nº 4.842, de 30 de julho 2020, Artigo 10º, parágrafo único a qual estabelece que qualquer alteração de Legislação Tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros devem ter seus efeitos reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que a parcela do ativo será realizada ou o passivo liquidada.

c) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

O Banco reconhece provisões com processos cuja perda, avaliada por seus assessores legais, é provável. Esse reconhecimento ocorre através da utilização de modelos e critérios que permitam uma melhor estimativa de desfecho, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor.

4. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente nas Demonstrações Financeiras, nas quais:

- 4.1. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações formalizadas com taxas pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata temporis*, e as operações com taxas pré-fixadas estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.
- 4.2. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, e aplicações financeiras de liquidez, com prazo de resgate até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos até a data de encerramento do balanço, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixos para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- 4.3. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas quando aplicável.
- 4.4. Títulos e valores mobiliários:**
 - Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
 - Títulos disponíveis para venda – são aqueles que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários os quais serão reconhecidos no resultado do exercício quando da efetiva realização.

- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja a capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

O Banco detém títulos públicos federais, classificados como títulos e valores mobiliários e mantidos até o vencimento, os quais são atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do exercício, conforme demonstrado na nota nº 7.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve reclassificação de títulos entre as categorias.

- 4.5. Operações de crédito e depósitos:** As operações de crédito e depósitos a prazo pré-fixados estão atualizadas e demonstradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço, as operações de crédito, depósitos interfinanceiros e os depósitos a prazo, bem como as demais operações ativas e passivas pós-fixados, são atualizados *pro rata temporis*, pelo método exponencial.

Classificação das operações de crédito: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, na qual requer uma análise periódica da carteira e sua classificação em níveis, iniciando no AA (risco mínimo) e finalizando no H (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixados contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H, são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999, pode ocorrer a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver novos fatos que justificarem a mudança do nível de risco.

- 4.6. Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, reduzido por provisão para perdas, quando aplicável, a movimentação dos investimentos está demonstrada na nota nº 14.
- 4.7. Imobilizado:** Está registrado ao custo de aquisição e está sujeito a avaliação do valor recuperável periodicamente e/ou sempre que as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada do bem, sendo: 10% para móveis e utensílios e máquinas e equipamentos de uso e, 20% para veículos e sistema de processamento de dados.
- 4.8. Intangível:** Está registrado ao custo de aquisição e está sujeito à avaliação do valor recuperável periodicamente e/ou sempre que as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A amortização é calculada de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada.

- 4.9. Provisão para imposto de renda:** A provisão para o imposto de renda corrente é registrada pelo regime de competência e calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$240 mil ao ano. A provisão para contribuição social corrente é registrada pelo regime de competência à alíquota de 20%, calculada e contabilizada antes do imposto de renda. Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias e registrados na rubrica "Outros Créditos – Diversos".
- 4.10. Contingências:** O Banco segue os critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/2009, tendo como base o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que determina o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais demonstrada na nota nº 23.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, somente quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, normalmente representado pelo trânsito em julgado da ação, somente assim são reconhecidos como ativo. A provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

- 4.11. Lucro por ações:** Lucro por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.
- 4.12. Instrumentos Financeiros (Resolução 4.966/21 – CPC 48):** O Banco Central, através da Resolução CMN nº 4.966/2021- com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, estabelece a faculdade das instituições financeiras elaborarem e divulgarem Demonstrações Financeiras de acordo com as normas e instruções do Bacen, permitindo que sejam apresentadas em conformidade com o COSIF até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ou seja, até a entrada em vigor dos novos critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros.

A norma foi alterada pela Resolução CMN nº 5.019/2022, ampliando de 30 de junho de 2022 para 31 de dezembro de 2022, o prazo limite para as instituições financeiras elaborarem um plano de implementação da regulamentação prevista na norma, bem como, substituindo a exigência do envio do referido plano ao Banco Central pela manutenção de sua disponibilidade ao referido regulador, caso requisitado.

O Banco elaborou o plano de implementação conforme manda o art. 76 da resolução, teve sua aprovação pela administração em 20 de junho de 2022 e encontra-se disponível junto a administração. O Plano do Banco contém uma visão macro para a adequação e conta com uma diagramação por departamento considerando a geração de informações e seus volumes, dando previsibilidade das alterações necessárias em número de colaboradores bem como o implemento de novas rotinas e armazenamento de informações para modelagens e árvores de decisões contábeis para os devidos registros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	8.599	8.124
Disponibilidades em moeda nacional	8.599	8.124
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	2.415.056	1.204.775
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	2.415.056	1.204.775
Total	2.423.655	1.212.899

(1) Referem – se a operações com prazo igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas (posição bancada – revendas a liquidar) são realizadas com acordos de livre movimentação e atualizadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão compostas como segue:

a) Composição

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações em operações compromissadas		
<u>Posição bancada</u>	2.373.698	1.204.775
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1.137.792	-
Letras do tesouro nacional (LTN)	215.736	476.659
Notas do tesouro nacional (NTN)	1.020.170	728.116
Aplicações em depósitos interfinanceiros	41.358	-
Total	2.415.056	1.204.775
Ativo circulante	2.415.056	1.204.775
Ativo não circulante	-	-

b) Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2º Sem./2022	31/12/2022	31/12/2021
Posição bancada	112.989	194.323	67.300
Renda de aplicação em CDI - Curto	-	1.358	-
Renda de aplicação em CDI - Longo	-	-	33
Títulos para negociação	-	(49)	-
Total	112.989	195.632	67.333

7. Títulos e valores mobiliários

a) Composição de títulos e valores mobiliários

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Livres	313.646	664.674
Letras financeiras do tesouro (LFT)	313.646	664.674
Vinculados a prestação de garantias	429	381
Letras financeiras do tesouro (LFT)	429	381
Fundo de investimento	46.234	-
Total	360.309	665.055
Ativo circulante	147.833	51
Ativo não circulante	212.476	665.107

b) Classificação por categoria e vencimento

Descrição	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 5 anos	Total
Títulos para negociação	101.599	-	212.047	313.646
Letras financeiras do tesouro (LFT)	101.599	-	212.047	313.646
Títulos mantidos até o vencimento	-	429	-	429
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	429	-	429
Fundo de investimento	46.234	-	-	46.234
Total	147.833	429	212.047	360.309

c) Resultado de operações com títulos e valores imobiliários

Descrição	2º Sem./2022	31/12/2022	31/12/2021
Letras financeiras do tesouro LFT	39.698	65.910	7.629
Rendas de aplicação em fundos de investimentos	32.734	32.734	-
Lucros com títulos de renda fixa	49	49	-
Prejuízo com títulos de renda fixa	(158)	(158)	(188)
Total	72.323	98.535	7.441

8. Pagamentos e recebimentos a liquidar

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Créditos vinculados - Pagamentos instantâneos	493	1.875
Depósitos no Banco Central – Outros	497	695
Total	990	2.570

9. Carteira de crédito

a) Carteira de crédito por modalidade

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Recebíveis de arranjo de Pagamentos	297.275	-
Empréstimos e títulos descontados	146.359	125.773
Financiamentos	3.055.289	2.492.685
Total operações de crédito	3.498.923	2.618.458
Outros créditos com características de operações de crédito	8.042	25.514
Total outros créditos	8.042	25.514
Total da carteira de crédito	3.506.965	2.643.972
Ativo circulante	1.519.553	965.876
Ativo não circulante	1.987.412	1.678.096

b) Composição da carteira por segmento de mercado

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Indústria	213	-	5	-
Rural	-	-	91	-
Comércio	21.956	1	17.084	1
Serviços	90.299	3	51.168	2
Instituições financeiras	297.275	8	-	-
Pessoas físicas	3.097.222	88	2.575.624	97
Total	3.506.965	100	2.643.972	100

c) Composição da carteira por vencimento

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Créditos a vencer até 30 dias	372.589	11%	27.815	1%
Créditos a vencer de 31 a 60 dias	178.820	5%	23.164	1%
Créditos a vencer de 61 a 90 dias	116.512	3%	91.927	3%
Créditos a vencer de 91 a 180 dias	331.554	9%	27.943	1%
Créditos a vencer de 181 a 360 dias	557.188	16%	16.968	1%
Créditos a vencer acima de 361 dias	1.545.965	44%	1.678.096	63%
Créditos vencidos de 1 a 30 dias	47.657	1%	175.849	7%
Créditos vencidos de 31 a 60 dias	90.090	3%	560.730	21%
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	44.422	1%	17.439	1%
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	114.440	3%	19.245	1%
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	102.044	3%	2.268	0%
Créditos vencidos acima de 361 dias	5.683	0%	2.528	0%
Total	3.506.965	100	2.643.972	100

d) Composição da carteira por nível de concentração

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores clientes	398.675	11	60.595	2
50 seguintes maiores clientes	13.094	1	8.654	1
100 seguintes maiores clientes	5.732	-	3.700	-
Demais clientes	3.089.464	88	2.571.023	97
Total	3.506.965	100	2.643.972	100

e) Resultado com operações de crédito

Descrição	2º Sem./ 2022	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos	16.643	33.197	35.658
Títulos Descontados	275	843	273
Financiamentos	238.057	511.950	423.324
Outras	15.796	16.005	109
Renda bruta de operações de crédito	270.771	561.995	459.364
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	12.670	17.034	15.664
Total	283.441	579.029	475.028

f) Cessão de créditos

Em 31 de dezembro de 2022, não há cessão de créditos com retenção substancial de riscos, conforme as disposições contábeis previstas na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, vigente a partir de 01 de janeiro de 2012.

g) Renegociação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram renegociados créditos no montante de R\$1.213.414 (R\$ 785.462 em 31 de dezembro de 2021).

10. Provisão para perdas associadas a carteira de crédito por níveis de riscos

a) Composição:

Nível de Risco	% de Provisão	31/12/2022		31/12/2021	
		Total da Carteira	Provisão	Total da Carteira	Provisão
AA	-	297.275	-	9.097	-
A	0,5	1.195.220	(5.976)	1.391.385	(6.957)
B	1	340.273	(3.403)	397.237	(3.972)
C	3	296.451	(8.893)	542.440	(16.273)
D	10	302.090	(30.209)	135.163	(13.516)
E	30	193.421	(58.026)	65.483	(19.645)
F	50	222.264	(111.132)	25.619	(12.810)
G	70	145.614	(101.930)	13.838	(9.687)
H	100	514.357	(514.357)	63.710	(63.710)
Total		3.506.965	(833.926)	2.643.972	(146.570)
Ativo Circulante		1.519.553	355.132	1.247.259	83.346
Ativo não circulante		1.987.412	478.794	1.396.713	63.224

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída na quantia considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

Foram recuperados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 créditos no montante de R\$ 17.035 (R\$ 15.664 em 31 de dezembro de 2021).

b) Movimentação

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
(=) Saldo inicial	(146.570)	(93.067)
(+) Constituição	(902.544)	(153.210)
(-) Créditos baixados para prejuízo	215.188	99.707
(=) Saldo final	(833.926)	(146.570)

c) Resultado de provisão para perdas associadas a carteira de crédito

Descrição	2º Sem./2022	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e títulos descontados	(7.156)	(25.310)	(24.258)
Financiamentos	(721.269)	(867.740)	(128.922)
Outras	(9.494)	(9.494)	(30)
Total	(737.919)	(902.544)	(153.210)

11. Ativos fiscais

Foram constituídos créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis na base de cálculo para determinação do imposto de renda e contribuição social, conforme suas bases geradoras:

a) Ativos fiscais correntes

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativos fiscais correntes		
Impostos e contribuições a compensar	26.418	3.296
Juros de Mora sobre IRPJ e CSLL ⁽¹⁾	70.095	-
Total	96.513	3.296
Ativo circulante	96.513	3.296
Ativo não circulante	-	-

(1) O saldo apresentado como Juros de Mora sobre IRPJ e CSLL são decorrentes da não incidência de IRPJ e CSLL sobre o valor recebido a título de juros moratórios em razão de atraso no pagamento pelos clientes.

b) Ativos fiscais diferidos

Descrição	31/12/2022			31/12/2021
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Diferenças Temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	208.482	166.785	375.267	65.954
Operações de crédito levadas à perda temporariamente indedutíveis	34.610	27.688	62.298	21.713
Prejuízo fiscal	7.089	5.652	12.741	-
Provisão para riscos cíveis	498	398	896	257
Provisão para riscos trabalhistas	7.860	6.288	14.148	12.126
Variação cambial	65	52	117	-
Marcação a mercado de TVM	47	37	84	-
Total	258.651	206.900	465.551	100.050
Ativo circulante			46.547	399
Ativo não circulante			419.004	99.651

c) Expectativa de uso

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, conforme a seguinte expectativa:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
2021	-	399
2022	-	34.077
2023	46.547	65.574
2024	403.960	-
2025	15.044	-
Total	465.551	100.050

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente do crédito tributário é de R\$ 41.205 (R\$ 75.568 em 31 de dezembro de 2021) calculado com base na taxa livre de risco média do DI no período.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
(=) Saldo no início do semestre	100.050	90.756
(+) Constituições	487.670	100.990
(-) Baixas	(122.169)	(91.696)
(=) Total	465.551	100.050

Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 4.842, de 30 de julho de 2020 do CMN, eventual reversão, bem como a manutenção dos créditos tributários deverão ser avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

12. Outros ativos

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros ativos		
Outros valores e bens (nota 13)	175.299	34.383
Devedores por depósitos em garantia de recursos (nota 23e)	24.563	11.658
Devedores por depósitos em garantia diversos	2.616	2.798
Cobrança bancária (Adiantamento de Salários)	1.428	703
Comissões	1.202	7.669
Lei do bem	-	1.645
Liquidações de títulos - CIP	-	28.465
Valores a receber sociedades ligadas	51	1.463
Outros	27.736	25.052
Total	232.895	113.836
Ativo circulante	46.069	53.870
Ativo não circulante	186.826	59.966

13. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
Bens não de uso próprio		9.736		430
Veículos e afins		9.736		430
Despesas antecipadas		165.562		33.953
Despesas de pessoal antecipadas		61		114
Despesas com cartões		4.745		853
Licença de Uso ⁽¹⁾		89.940		-
Patrocínio		5.012		8.861
Deságio na colocação de títulos		28.616		18.569
Publicidade		-		2.868
Despesas de processamento de dados		35.052		947
Despesas de serviços técnicos especializados		1.336		940
Outras despesas antecipadas		800		801
Total		175.299		34.383
Ativo circulante		26.896		7.658
Ativo não circulante		148.403		26.725

- (1) O saldo apresentado com a controladora indireta B.A. Emp., trata-se de 58 parcelas de 60, referente a entrega da licença de uso da marca "Digimais" celebrado em instrumento particular entre as partes em 01 de novembro de 2022 no valor de R\$ 93.041.

14. Investimentos

O Banco detém investimentos nas controladas **Digimais Administradora de Cartões Crédito Ltda.**, a qual exerce atividades de gestão e administração de cartões de crédito e de débito e **Digimais Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**, que se encontra em fase pré-operacional apurando resultados não operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A participação do investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, é demonstrada da seguinte forma:

Dados do investimento	31/12/2022		31/12/2021	
	Digimais Cartões	Digimais Securitizadora	Digimais Cartões	
Capital social	18.000	1.000		18.000
Patrimônio líquido	7.329	1.000		7.329
Percentual de participação	99,99999%	99,99000%		99,99999%
Resultado do exercício	4.977	3		(1.168)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os investimentos apresentaram as seguintes movimentações:

Dados do investimento	31/12/2022			31/12/2021	
	Digimais Cartões	Digimais Securitizadora	Total	Digimais Cartões	Total
Saldo inicial	7.329	-	7.329	4.997	4.997
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	7	7
Equivalência Patrimonial	4.975	3	4.978	(1.175)	(1.175)
Aumento/Constituição de capital	-	1.000	1.000	3.500	3.500
Saldo final	12.304	1.003	13.307	7.329	7.329

15. Imobilizado em uso

Descrição	Móveis, instalações e equip. de uso	Sistema de comunicações	Sistema de processamento de dados	Sistema segurança	Sistema de transporte	Total
Custo	2.355	218	29.907	71	92	32.643
(-) Depreciação acumulada	(1.272)	(162)	(11.025)	(64)	(92)	(12.615)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.083	56	18.882	7	-	20.028
Saldo inicial	1.083	56	18.882	7	-	20.028
Aquisições	1.727	-	65	-	-	1.792
Baixas	(1.308)	-	-	-	-	(1.308)
Depreciação	(102)	(14)	(4.686)	(2)	-	(4.804)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.400	42	14.261	5	-	15.708
Custo	2.804	198	29.420	71	-	32.493
(-) Depreciação acumulada	(1.403)	(156)	(15.159)	(66)	-	(16.785)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.400	42	14.261	5	-	15.708

16. Intangível

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Intangíveis	41.033	34.912
(Amortização acumulada)	(13.729)	(7.844)
Total	27.304	27.068

a) Composição

Descrição	Taxa média amortização	31/12/2022	31/12/2021
Softwares adquiridos e desenvolvidos interno.	17%	20.980	21.414
Licenças de uso	-	6.324	5.654
Total		27.304	27.068

b) Movimentação

Descrição	31/12/2021		31/12/2022	
	Saldo contábil	Transferências	Amortização	Saldo contábil
Softwares adquiridos e desenvolvidos internamente	21.414	4.950	(5.384)	20.980
Licenças de uso	5.654	1.171	(500)	6.324
Total	27.068	6.121	(5.884)	27.304

17. Depósitos e captações no mercado aberto

a) Composição por vencimento

Vencimentos	31/12/2022			31/12/2021
	À vista	A prazo	Total	Total
Sem vencimento	29.219	-	29.219	27.007
Até 3 meses	-	49.288	49.288	51.934
De 3 a 12 meses	-	2.612.927	2.612.927	703.957
De 1 a 3 anos	-	2.543.900	2.543.900	2.662.234
De 3 a 5 anos	-	358.751	358.751	722.292
Acima de 5 anos	-	277.881	277.881	1.932
Total	29.219	5.842.747	5.871.966	4.169.356
Passivo circulante	29.219	2.662.215	2.691.434	782.898
Passivo não circulante	-	3.180.532	3.180.532	3.386.458

b) Composição por segmento de mercado

Descrição	31/12/2022			31/12/2021
	À vista	A prazo	Total	Total
Sociedades ligadas	17	91.158	91.175	92.833
Pessoas físicas	19.070	54.257	73.327	109.958
Pessoas jurídicas	10.132	5.697.332	5.707.464	3.966.565
Total	29.219	5.842.747	5.871.966	4.169.356

c) Concentração por depositantes

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
10 maiores clientes	5.467.129	3.606.712
50 seguintes maiores clientes	350.546	439.852
100 seguintes maiores clientes	34.597	65.916
Demais clientes	19.694	56.876
Total	5.871.966	4.169.356

Os depósitos a prazo captados através de CDB apresentam taxas pré-fixadas que variam de 10,30% a.a. a 16,03% a.a. e taxas pós-fixadas entre 98% e 200% da variação do CDI. As captações com taxas pré-fixadas representam 15,60% do total das captações a prazo e as com taxas pós-fixadas representam 84,40%.

d) Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	2º sem./2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de captações com o mercado	(326.331)	(532.591)	(228.695)
Depósitos a prazo	(326.331)	(532.591)	(228.695)
Despesas de captações com depósitos	(21.688)	(28.141)	(30)
Carteira de terceiros	(21.688)	(28.141)	(30)
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito - FGC	(3.996)	(8.583)	(4.949)
Contribuição ordinária	(3.996)	(8.474)	(4.549)
Contribuição especial	-	(109)	(400)
Total	(352.015)	(569.315)	(233.674)

18. Outros passivos

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros passivos financeiros	11.648	42.799
Obrigações por aquisição de bens e direitos	2.005	8.830
Operações com cartões	9.643	33.969
Outros passivos	79.915	42.660
Provisão para perdas com garantias financeiras prestadas	1	6
Participações no resultado de administradores e colaboradores	2.179	6.078
Juros sobre capital próprio e dividendos	1.223	1.876
Provisão para pagamentos a efetuar	3.646	2.931
Credores diversos - país	72.866	31.769
Total	91.563	85.459
Passivo circulante	91.251	58.258
Passivo não circulante	312	27.201

19. Passivos fiscais

a) Passivo fiscal corrente

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	13.766
Impostos e contribuições a recolher	3.997	6.505
Total	3.997	20.271
Passivo circulante	3.997	20.271
Passivo não circulante	-	-

b) Passivo fiscal diferido

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Leasing	50	50
Varição cambial	1.173	596
Total	1.223	646
Imposto de renda	677	359
Contribuição social	546	287
Total	1.223	646

20. Transações com partes relacionadas

Descrição	Taxa de Juros	Prazos até	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante e não circulante				
Operações de Crédito:			15.887	-
Pessoas físicas			15	-
Administradores	18,85696%	28/12/23	15	-
Pessoa Jurídicas			15.872	-
Outras	27,27222%	16/03/28	15.872	-
Passivo circulante e não circulante				
Depósitos à vista:			298	1.273
Pessoas físicas			64	85
Administradores	-	Sem venc.	32	52
Outras	-	Sem venc.	32	33
Pessoas jurídicas			234	1.188
Controlada	-	Sem venc.	-	575
Controladores diretos e indiretos	-	Sem venc.	12	91
Outras	-	Sem venc.	222	522
Depósitos a prazo:			126.013	114.087
Pessoas físicas			11	-
Administradores	100% a 200% CDI	16/05/23	11	-
Pessoas jurídicas			126.002	114.087
Controladora direta	100% PRÉ	11/10/27	18.714	32.132
Controladores indiretos	108% CDI e 100% PRÉ	11/10/27	1.030	76.586
Controladas	107% a 111% CDI e 100% PRÉ	13/11/25	7.169	276
Outras	102% a 131% CDI e 100% PRÉ	06/11/25	99.089	5.092

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com operações de crédito ⁽¹⁾	507	-
Despesas de captação ⁽²⁾	7.889	5.246

(1) As Receitas com operações de crédito referem-se a contratos de capital de giro mantidos por pessoas jurídicas relacionadas aos controladores.

(2) As Despesas de captação referem-se aos depósitos a prazo mantidos por pessoas jurídicas relacionadas aos controladores.

a) Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores totalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 R\$ 3.743 (R\$ 2.732 em 31/12/2021).

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a quaisquer compensações financeiras adicionais e os benefícios indiretos poderão ser descontinuados.

Não há benefícios de curto ou longo prazo nem remuneração baseada em ações.

21. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 440.000 (R\$ 240.000 em 31/12/2021), com mais 100.000 apresentado como “Aumento de Capital” cuja transferência para Capital Social aguarda aprovação do Banco Central do Brasil, com sua totalidade representada por 4.246.177 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 16 de novembro de 2022, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital no montante de R\$ 100.000, mediante a emissão de 678.864 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que aguarda a aprovação do BACEN para transferência a Capital Social.

Em 04 de novembro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a distribuição e o pagamento de juros sobre capital próprio (JCP) referentes ao exercício de 2022, no valor bruto de R\$ 25.810 que líquido dos impactos tributários de impostos de renda e contribuição social, no montante de R\$ 11.614, resultando um valor líquido de R\$ 14.196.

Em 22 de outubro de 2022, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 200.000, mediante a emissão de 1.272.637 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 240.000 (R\$ 169.780 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 2.294.676 (1.777.476 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante a legislação em vigor.

Em 15 de outubro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a distribuição e o pagamento de juros sobre capital próprio (JCP) intercalar no valor bruto de R\$ 11.502.

Em 08 de abril de 2021, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social no montante de R\$49.998, mediante a emissão de 368.200 novas ações ordinárias, a serem subscritas pelo preço de emissão de R\$ 135,79.

Em 29 de abril de 2021, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 134, mediante capitalização de parte da reserva de capital de giro.

Em 04 de fevereiro de 2021, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social no montante de R\$20.088, mediante a emissão de 149.000 novas ações ordinárias, a serem subscritas pelo preço de emissão de R\$ 134,82.

b) Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de reservas de R\$ 14.258 (R\$ 105.407 em 31 de dezembro de 2021) correspondia a reserva legal.

c) Juros sobre o capital próprio e dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o Banco deliberou juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 14.196 (R\$ 11.502 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), obedecendo a limites definidos pela legislação fiscal, calculados como segue

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
(=) Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(322.670)	49.059
(-) Reserva legal	-	(2.454)
(=) Base de cálculo dos dividendos	(322.670)	46.605
Alíquota dos dividendos mínimos obrigatórios ⁽¹⁾	-	25,00%
Alíquota dos dividendos excedentes propostos ⁽²⁾	-	5,00%
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	-	11.651
(=) Dividendos excedentes propostos	-	2.331
Total	-	13.982
Juros sobre o capital próprio	25.810	11.502
Juros sobre o capital próprio - líquido do IRRF	14.196	9.777

(1) Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, tanto sob a forma de dividendos quanto de juros sobre capital próprio, correspondente a 25% do Lucro líquido do período, deduzido da Reserva legal (Lucro líquido ajustado).

(2) Dividendos propostos pela administração excedente ao mínimo obrigatório. O valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social, e o benefício tributário oriundo dessa dedução é de aproximadamente R\$ 5.176 (R\$ 4.050 em 31 de dezembro de 2020).

22. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do período considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do IR e CSLL, menos participações	(749.613)	66.439
Imposto de renda à alíquota de 15%	112.442	(9.966)
Adicional de imposto de renda à alíquota de 10%	74.961	(6.644)
Contribuição social à alíquota de 20%	149.923	(13.288)
Contribuição social à alíquota de 5%	-	(3.322)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	337.326	(33.220)
Efeito sobre a equivalência patrimonial	2.240	(588)
Efeito sobre lei do bem	-	10.539
Ação judicial - Juros de mora	62.729	-
Efeitos sobre os JCP	11.615	5.751
Outros	13.033	138
Total	426.943	(17.380)

23. Provisões para contingências

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existiam processos classificados pela Administração como praticamente certo de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perda provável

O Banco é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota Explicativa no 3.c. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas eventuais decorrentes dos respectivos processos.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Contingências trabalhistas ⁽¹⁾	31.440	26.948
Contingências cíveis ⁽²⁾	1.991	572
Contingências fiscais	880	880
Total	34.311	28.400

- (1) Durante o curso normal de seus negócios, o Banco está exposto a alguns riscos envolvendo questões trabalhistas em discussão nas instâncias administrativas e judiciais. Os riscos trabalhistas são relacionados a processos movidos por ex-funcionários pleiteando direitos trabalhistas que estes entendem como devidos. Adicionalmente, o curso processual regular destas ações, requer em certas situações que o Banco realize depósitos judiciais conforme 23d.
- (2) Os riscos cíveis são pleitos relacionados a indenizações por dano moral e patrimonial, na maioria referente ao registro de informações sobre os devedores no cadastro de restrições de crédito e de liberações de gravames de veículos no Sistema Nacional de Gravames (SNG), sendo que a maioria destes pleitos envolve o Juizado Especial Cível (JEC), no qual os pedidos estão limitados a 40 salários mínimos e não constituem riscos capazes de causar impacto material no resultado econômico e financeiro da Instituição. O Banco possui ainda, ações revisionais de taxas de juros, que estão cobertas pela provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída de acordo com a Resolução CMN nº. 2.682/99. A provisão para as perdas destes riscos é estabelecida com base nas avaliações dos assessores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada.

c) Movimentação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a movimentação da provisão para riscos no balanço patrimonial e o seu correspondente efeito no resultado do período são assim demonstradas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
(=) Saldo inicial	28.400	25.066
(+) Constituições	8.209	7.542
(-) Baixas	(2.298)	(4.208)
Saldo final	34.311	28.400

d) Passivos contingentes classificados como perda possível

O banco possui ações de natureza cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Processos cíveis	2.610	686
Processos trabalhistas	10.285	11.974
Total	12.895	12.660

e) Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Para interposição de recursos tributários	1.335	1.008
Para interposição de recursos trabalhistas	23.228	10.650
Total	24.563	11.658

24. Receitas de tarifas bancárias

Descrição	2º Sem./ 2022	31/12/2022	31/12/2021
Tarifa de confecção de cadastro	28.493	59.930	65.366
Tarifa de avaliação de bens	8.977	19.612	24.951
Tarifa de comissionamento	15.199	30.948	31.700
Outras receitas de tarifas bancárias	1.700	3.697	5.443
Total	54.369	114.187	127.460

25. Outras despesas administrativas

Descrição	2º Sem./2022	31/12/2022	31/12/2021
Comissões com terceiros	(36.922)	(68.581)	(59.839)
Serviços terceiros	(18.061)	(34.422)	(27.138)
Processamento de dados	(16.696)	(29.331)	(23.071)
Serviços técnicos	(1.955)	(2.416)	(1.896)
Transportes e viagens	(298)	(596)	(699)
Sistema financeiro	(1.932)	(3.748)	(4.100)
Comunicação, propaganda e publicidade	(7.673)	(9.182)	(7.886)
Indenizações cíveis	(4.989)	(8.246)	(5.431)
Despesas judiciais	(3.124)	(5.474)	(1.448)
Aluguéis e condomínios	(1.938)	(3.824)	(3.515)
Outras	(11.716)	(19.271)	(8.300)
Total	(105.304)	(185.091)	(143.323)

26. Despesas tributárias

Descrição	2º Sem./2022	31/12/2022	31/12/2021
PIS	(926)	(2.479)	(2.508)
COFINS	(5.692)	(15.245)	(15.454)
ISS	(2.567)	(6.055)	(6.511)
Outras	(1)	-	(1)
Total	(9.186)	(23.779)	(24.474)

27. Responsabilidades e compromisso

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco não apresenta avais e fianças prestados a clientes, em 31 de dezembro de 2021 o valor era de R\$ 1.196 sujeitos a encargos financeiros e com garantia dos beneficiários.

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 não houve pagamentos que o Banco teve que honrar oriundos dessas garantias.

28. Resultado de participação em controladas

Descrição	2º Sem./ 2022	31/12/2022	31/12/2021
Digimais Cartões	122	4.975	(1.168)
Digimais Securitizadora	-	3	-
Total com Equivalência Patrimonial	122	4.978	(1.168)

29. Outras receitas e despesas operacionais

a) Outras receitas operacionais

Descrição	2º Sem./ 2022	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios da lei do Bem	-	-	1.645
Variação cambial	185	661	1.066
Variação monetária ⁽¹⁾	15.902	17.687	278
Outras	-	-	374
Total	16.087	18.348	3.363

(1) O saldo apresentado é composto pelas atualizações mensais com base na taxa SELIC referente os Depósitos Judiciais e Saldo de Juros de Mora sobre IRPJ e CSLL.

b) Outras despesas operacionais

Descrição	2º Sem./ 2022	31/12/2022	31/12/2021
Perdas operacionais ⁽¹⁾	(16.567)	(21.050)	(5.202)
Patrocínio	(2.313)	(3.849)	(5.519)
Doações	-	(1.000)	(1.500)
Atualização monetária	(158)	(163)	(788)
Variação cambial	(200)	(921)	(723)
Outras	(296)	(369)	(2.021)
Total	(19.534)	(27.352)	(15.753)

(1) O saldo apresentado como “Perdas operacionais” refere-se a *chargeback’s* nas operações de cartões que são registradas após sua confirmação de perda.

30. Instrumentos financeiros

A gestão dos instrumentos financeiros é focada em portfólios e fatores de risco, conforme regulamentação do BACEN e boas práticas internacionais e, são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, se a finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não.

A gestão do risco de mercado concentra-se na medição, monitoramento e no controle da exposição do risco das operações não classificadas na carteira de negociação, sendo adotado como metodologia para mensurar os riscos de mercado da carteira de não negociação, o EVE (Economic Value of Equity) – parcela Rban – e os testes de estresse que determinam a sensibilidade do capital frente aos impactos de movimentos extremos de mercado.

31. Gestão de riscos

O Banco Digimais adota medidas de gestão integrada como mecanismo de geração de valor para a instituição. As análises feitas visam a mitigação de riscos e a adoção de ações para tornar a Instituição cada dia mais saudável.

a) Risco operacional

Define-se risco operacional com possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Inclui-se como risco operacional o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. O Banco detém uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, com o propósito de identificar, registrar, controlar, monitorar e reportar os limites de risco, bem como avaliar a efetividade dos controles, através do acompanhamento de reportes de riscos e registro em bases que são monitoradas com objetivo de mitigar os riscos.

Para apuração do capital requerido para o risco operacional é utilizada a abordagem padronizada básica.

b) Risco de mercado

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. O risco de mercado para o Banco Digimais concentra-se na variação da taxa de juros. Para mensurar o risco é utilizado a metodologia EVE (*Economic Value of Equity*), que avalia a mudança no valor de mercado de uma carteira resultante de choque nas taxas de juros. A diferença entre os fluxos de caixa projetados do Banco Digimais (utilizando taxas de mercado) e os mesmos fluxos utilizando taxas estressadas, estima o risco de perda da carteira.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O Banco Digimais adota como metodologia para mensurar o risco de liquidez, fluxos de caixa real e projetado, elaboração de orçamentos, testes de aderência e realiza mensalmente reuniões de Comitê de Caixa.

d) Risco de crédito

O risco de crédito pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou; custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. O monitoramento do risco acontece através do acompanhamento da qualidade da carteira de crédito e elaboração de políticas, normas, testes de estresse, análise de níveis de concentração e inadimplência para adequada apropriação da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

e) Risco Socioambiental

O Banco Digimais, em observância a Resolução CMN 4945/21, estabelece a estrutura de gerenciamento da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC), por meio de práticas adotadas para a gestão e governança deste assunto, observando a legislação vigente e aplicando a todo o Conglomerado Prudencial.

Responsabilidade Ambiental: o Banco Digimais reconhece a sua responsabilidade ambiental, constituindo princípios que orientem a atuação da Instituição e as partes interessadas, no âmbito da gestão ambiental e climática, as ações de efetividade elaboradas devem seguir padrões adequados ao modelo, a natureza de negócios, a complexidade das operações e atividades exercidas pela instituição.

Responsabilidade Social: o Banco Digimais reconhece a sua responsabilidade social e a sua capacidade de gerar impacto positivo no meio regulatório em que atua, bem como, na sociedade em geral, por meio de ações afirmativas voltadas ao coletivo e busca de aderência a melhores práticas adequadas em suas atividades, processos e produtos ou serviços por ela oferecidos.

Responsabilidade com os Colaboradores: A relação do Banco Digimais, com seus colaboradores é pautada por boas práticas trabalhistas, tendo como finalidade o cumprimento das leis brasileiras aplicáveis, a promoção de um ambiente de trabalho saudável e seguro, livre de qualquer forma de abuso/assédio, discriminação, observando o estabelecido nos Códigos de Ética e de Conduta do Banco Digimais e a capacitação e o engajamento dos colaboradores para que incorporem práticas socioambientais ao seu dia a dia, bem como as práticas de educação financeira, dentro e fora da Instituição.

Relacionamento com Fornecedores: Os procedimentos e premissas social, ambiental e climática visam garantir que as empresas contratadas possuam condutas social, ambiental e ética dentro dos padrões estabelecidos nesta política.

Sendo assim, adotamos práticas que visam estruturar boas práticas, assegurando o estímulo à transformação, gerando impactos positivos na sociedade.

f) Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação da necessidade de capital a fim de fazer face aos riscos envolvidos nas operações da instituição.

Essa estrutura contém políticas e estratégias para o gerenciamento de capital claramente documentados, sistemas, rotinas e procedimentos para o seu gerenciamento.

O Departamento de Riscos é responsável pela apuração e reporte dos limites definidos pela alta administração e pelos limites operacionais regulamentares determinados pelo BACEN em relação ao capital. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os índices estão assim apresentados:

Índice Basileia	31/12/2022	31/12/2021
	12,97%	11,69%
RWAcpad - Risco de Crédito	2.676.067	2.147.953
RWAopad - Risco Operacional	693.636	545.469
RWAcam - Ouro, Moeda Estrangeira e Variação Cambial	9.917	10.639
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	3.379.620	2.704.061
PR Nível I - Capital Principal	160.624	316.235
PR Nível II - LFSN	277.881	-
PR - Patrimônio de Referência	438.505	316.235
RBAN – Risco Banking	32.901	13.035
Fator F	8,00%	8,00%
PR mínimo requerido para o RWA - (RWA*Fator F)	270.370	216.325
Margem sobre o PR requerido - (PR - RWA*Fator F)	168.136	99.910
PR Mínimo requerido p/RWA + RBAN - ((RWA*Fator F) + RBAN)	270.370	229.360
Margem sobre o PR considerando a RBAN - (PR - ((RWA*Fator F) + RBAN)	168.136	86.875
Adicional de Capital Principal - (ACP)	84.490	67.602
Margem sobre o PR considerando a RBAN e o Adicional de Capital Principal -(PR-((RWA * Fator F) + RBAN) + ACP)	83.645	19.274
Capital Principal mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao Nível II	152.083	-
Margem sobre o Capital Principal requerido	8.541	-
IB Nível I - Capital Principal	4,75%	11,69%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a maior exposição em determinado cliente corresponde a R\$ 22.320 em operações de crédito, ou seja, 13,90% do Capital Principal. Esta exposição está de acordo com os limites internos estabelecidos pelo Banco. As demais operações do Banco estão pulverizadas.

32. Eventos subsequentes

Em 01 de março de 2023, foi protocolado junto ao BACEN a desistência do Aumento de Capital conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) de 16 de novembro de 2022. Esta desistência não altera o Patrimônio de Referência do Banco.

Foi contratada operação de cessão de direitos creditórios federais, adquiridos mediante promessa de cessão, cuja avaliação a valor justo no resultado no mês de janeiro de 2023 resultou em aumento significativo do valor do ativo transacionado.

* * *

João Luiz Urbaneja

Diretor Presidente

Thiago Rodrigues Urbaneja

Diretor

João de Alves Campos

Diretor

Paulo Rogério Batista Nunes

Diretor

Fernanda de Sousa Grecco Alves

Diretora

Cristiano Duarte Fraga

Diretor

Fernando Marcial Roncal Pajares

Diretor

Eduardo Cristian Aderne dos Santos

Contador

CRC 1SP290045/O-4

Banco Digimais S.A. 92.874.270/0003-01

Unidade Paulista – Rua Cubatão, 320, 4º e 6º Andar – Paraíso – São Paulo

